

AS CIÊNCIAS SOCIAIS EM TEMPOS DE EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS: COMO ESTAMOS?¹

Social sciences in times of climate emergency: where are we?

Las ciencias sociales en tiempos de emergencia climática: ¿cómo vamos?

Rodrigo Constante Martins²

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2700-3319>

RESUMO

Este texto tem como objetivo lançar questões para a reflexão em torno da posição das ciências humanas na construção de interpretações sobre os problemas socioambientais. Para isso, pretende-se partir do contexto das ciências sociais, com particular atenção à trajetória da sociologia, a fim de situar como este amplo campo de saberes traz hipóteses e inferências que se alinham, desde sua constituição, a alguns dos temas e eixos que marcam contemporaneamente a questão ambiental.

Palavras-chave: teoria social e meio ambiente; ciências humanas e questão ambiental; ecologia de saberes

ABSTRACT

This article seeks to foster critical reflection on the position of the human sciences in the formulation of interpretations concerning socio-environmental challenges. Anchored in the context of the social sciences, with particular emphasis on the historical development of sociology, it examines how this broad epistemic field has, since its emergence, advanced hypotheses and inferences that intersect with foundational themes and analytical frameworks that currently underpin environmental discourse.

Keywords: social theory and the environment; human sciences and environmental issues; ecology of knowledge.

¹ Este texto foi elaborado a partir da conferência ministrada na abertura do IV Seminário de Estudos da Condição Humana - SECHU, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Condição Humana da UFSCar, em dezembro de 2024. Agradeço aos organizadores(as) pelo convite para participar do evento, bem como pela oportunidade de compartilhar, nesta publicação, os principais argumentos desenvolvidos na conferência.

² Professor do Departamento de Sociologia e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e em Ciências Ambientais da UFSCar. É bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: rmartins@ufscar.br

RESUMEN

El objetivo de este texto es plantear cuestiones que inviten a la reflexión en torno al lugar que ocupan las ciencias humanas en la construcción de interpretaciones sobre los problemas socioambientales. Se parte del contexto de las ciencias sociales, con especial atención a la trayectoria de la sociología, con el fin de situar cómo este amplio campo de saberes aporta hipótesis e inferencias que, desde su constitución, se articulan con algunos de los temas y ejes que actualmente configuran la cuestión ambiental.

Palabras clave: teoría social y medio ambiente; ciencias humanas y cuestión ambiental; ecología de saberes.

Introdução

É corrente a assertiva de que as ciências humanas incorporaram tardiamente as dimensões ambientais dos fenômenos modernos. Neste suposto diagnóstico, a chamada questão ambiental aparece como um dos apontamentos dos limites das formas modernas de produção e consumo, e cumpriria, às ciências humanas, incorporá-los a partir do vernáculo e da lógica classificatória das ciências à frente do tema – dentre as quais estariam, por exemplo, a ecologia e as ciências do clima. Assim, valeria às humanidades aderir a um diálogo de saberes supostamente neutro e acima dos interesses sociais, incluídos aqui aqueles interesses próprios aos agentes dos campos da ciência e da tecnologia.

Neste esforço de “diálogo” interdisciplinar, novos mitos sobre o conhecimento são remontados. Um deles, e talvez o mais importante para a discussão que se segue, resgata a crença de que ordens sociais, culturais, políticas e da própria organização da natureza coevoluem em termos de fluxos, ocorrências e transformações. É como se o tempo social se resumisse a uma simples entidade física objetiva, desprezando sua construção sócio-histórica e sua importância nos processos de organização social, de disciplina dos corpos e comportamentos. Tal como nos ensinara Norbert Elias (1984), o tempo físico-mecânico é apenas uma das formas históricas de padronização e moldagem de comportamentos, que revela níveis peculiares de complexidade, de interdependência e de hierarquias sociais – incluindo as hierarquias e lutas próprias aos sistemas de saberes.

Referir-se ao tempo como realidade absoluta também serve, portanto, aos discursos de poder. Nestes termos, classificações como “progresso”, “atraso” e “evolução” podem revelar menos sobre situações e trajetórias do que sobre disputas, eixos de força e lutas simbólicas.

Isto posto, temos que o objetivo deste texto é lançar questões para a reflexão em torno da posição das ciências humanas na construção de interpretações sobre os problemas socioambientais. Dessa forma, pretende-se questionar as próprias indagações que comumente são lançadas às humanidades por áreas específicas dos estudos ambientais, atentando para a referência disciplinar de suas perguntas, que, mesmo sem praticá-lo, cobram o despimento disciplinar das outras áreas do saber.

Tomando como referência o contexto das ciências sociais, com particular atenção à trajetória da sociologia, este artigo, então, buscará situar como este campo das humanidades traz hipóteses e inferências que se alinham, desde sua constituição, a alguns dos temas e eixos que contemporaneamente marcam a questão ambiental.

Para tanto, o texto se divide em cinco tópicos. Após este primeiro tópico introdutório, o texto abordará a relação das ciências humanas com o debate sobre o Antropoceno. No tópico três, será abordada a relação das ciências sociais com os estudos ambientais, remontando temas, trajetória histórica e as hierarquias do saber. O tópico quatro exemplificará esta relação hierárquica e as contribuições das humanidades ao debate interdisciplinar a partir do contexto da COVID-19. E, no último tópico, à guisa de conclusão, serão sintetizados os principais argumentos do texto, relacionando-os, inclusive, com a crítica pós-colonial sobre a forma de organização da ciência contemporânea.

As ciências humanas e o Antropoceno

Hoje, já não está mais em jogo a hipótese sobre a capitulação da nossa história pela moderna crise ambiental. Os extremos climáticos dos últimos 10 anos, pelo menos, já varreram as dúvidas então alicerçadas em alguma sensatez. Diferentemente do contexto da primeira década do século XXI, quando o sociólogo Anthony Giddens ainda chamava atenção para o aparente desencaixe entre as previsões das ciências do clima e o cotidiano das pessoas (Giddens, 2009), atualmente negar as emergências ambientais tornou-se um ato sem conexão com a realidade.

Assim sendo, o caráter interdisciplinar da moderna questão ambiental vem demandando esforços de uma verdadeira ecologia de saberes para o seu dimensionamento e sua problematização mais consistentes. Neste texto se argumentará, contudo, que esta ecologia de saberes não deixa de revelar tensões disciplinares e disputas entre aparatos analíticos que se buscam mais eficientes e legítimos em termos de explicação do conjunto de vetores que atravessam, principalmente, a crise climática.

Seguramente, esta crise não apenas mobiliza muito, sendo muitos dos envolvidos no debate público, mas também recebe, além de atenção, fartos recursos que mantêm, desde algumas décadas, grupos e redes de pesquisa, bem como instituições da ciência e circuitos multilaterais de promoção de debates e diplomacias internacionais. Além disso, as redes epistêmicas, em particular, não deixam de ser também estratégias de agenciamentos político-científicos entre sujeitos e instituições no contexto de produção de formas legítimas de classificação da experiência social sobre a natureza e sobre a disputa por seus recursos.

Desde o início deste século, a ecologia de saberes disciplinares em torno da temática ambiental vem sendo chamada a acolher a abordagem do Antropoceno como ponto de convergência para explicar a centralidade das ações humanas na atual era geológica do sistema Terra. Inicialmente lançado pelo químico neerlandês Paul

Crutzen e pelo biólogo estadunidense Eugene Stoermer, em artigo no ano 2000, o termo *Antropoceno* designaria uma era iniciada com a Revolução Industrial e intensificada após a Segunda Guerra Mundial (Crutzen e Stoermer, 2000).

Nesse contexto, a contribuição das ações humanas nas transformações bio-geofísicas neste período poderia, desde a perspectiva interdisciplinar, ser devidamente abordada como uma das variáveis complexas que compõem a dinâmica do sistema Terra. Assim, as ciências sociais, que se somaram tardiamente aos estudos socioambientais, teriam, a partir de então, local legítimo de fala para justificar o cenário dos dados produzidos pelas chamadas “ciências duras do meio ambiente”, tais como a geologia, a química, a ecologia e a climatologia.

A partir disso, tem chamado a atenção a adesão pouco crítica das ciências humanas ao universo de debates do Antropoceno. Notadamente, como todo espaço de produção de saberes, a temática ambiental traz consigo disputas que são epistêmicas, de áreas de conhecimento e, como não poderia deixar de ser, também políticas. Por isso, a adesão pouco atenta ao universo político-científico dos debates do Antropoceno pode fazer com que as ciências sociais subscrevam a assertiva de que o desafio que se coloca para este campo do saber é produzir cenários, conceitos e análises que reflitam as urgências do tempo presente — tal como já teria sido feito pelos outros campos do saber, fundadores das chamadas ciências ambientais.

Esta situação, então, torna-se tanto mais problemática quando observamos o repertório bibliográfico que vem sendo mobilizado para novos esforços de interpretação socioambiental desde as ciências humanas. Estudos bibliométricos recentes têm revelado que os relatórios do IPCC (Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas da ONU), de instituições multilaterais (como OCDE e Banco Mundial) e pesquisadores das áreas de ecologia e climatologia têm encabeçado o número de citações de artigos sobre temas socioambientais em revistas da área de sociologia, por exemplo (Frederico Salmi; Lorena Cândido Fleury, 2022). E estas citações se concentram na definição dos objetivos e dos temas do estudo – situação que nos sugere que as ciências humanas sequer estão participando da delimitação dos termos de estudo, servindo tanto mais como uma espécie de disciplina aplicada.

É neste cenário que algumas abordagens vêm se impondo às ciências sociais no geral, e às sociais em particular, como se brotassem de uma meta-teoria. E, nestes termos, a mobilização da noção de Antropoceno, a despeito de seu fértil terreno de diálogo, também pode ser interpretada no escopo das disputas do campo científico. Ainda, sua mobilização pode ser compreendida como uma forma das ciências hegemônicas incorporarem o que correntemente, em sentido lato, atribuem ao “social”.

Dessa maneira, estas disciplinas hegemônicas, externas às ciências sociais e à sociologia, em particular, precisam da noção de Antropoceno, pois seus modelos sempre trataram o social como algo exógeno. Nos ambientes controlados dos laboratórios ou nos modelos matemáticos, o social fora estrategicamente isolado ou,

por hipótese, neutralizado. O social que foge ao modelo é sempre o *outlier* – ou o resíduo, se retomarmos o sociólogo-economista Vilfredo Pareto (1984).

Estudar o ambiente de fundação institucional da sociologia na França, entre as últimas décadas do século XIX e a primeira do século XX, nos ajuda a compreender a força deste isolamento. As trajetórias pioneiras de Auguste Comte e Émile Durkheim (autores tão caros às modernas humanidades, desde a filosofia, passando pela sociologia e chegando à educação), nos revelam muito deste modo de compreensão — tanto na perspectiva menos crítica de Comte, egresso da Escola Politécnica de Paris e afeito às noções de previsibilidade, neutralidade e, principalmente, evolução, tão cara à episteme científica do período; quanto no percurso de Durkheim, marcado pela formação em filosofia na Escola Normal Superior, que insistiu na força do social, de sua natureza própria e da necessidade de sua ciência.

Pouco mais de 130 anos depois, não nos causa mais espécie afirmar a divisão do trabalho como um processo social. Contudo, em 1893, a tese de Durkheim sobre a divisão do trabalho social produzia desconforto em um ambiente intelectual mergulhado na crença das aptidões naturais dos indivíduos (Durkheim, 1999). Quatro anos mais tarde, em 1897, o desafio e o espanto seriam ainda maiores, ante a hipótese de causas sociais para a explicação do suicídio (Durkheim, 2000).

O que hoje o Antropoceno nos revela é o esforço de outras ciências para, em seu arcabouço analítico, trazer o social para a explicação de um fenômeno complexo. E o fazem pela necessidade de colocá-lo no centro, tal como a crise ambiental (agora como emergência climática) exige. Porém, ainda insistem em fazê-lo sem o repertório de conhecimentos já produzidos pelas ciências sociais — dialogam ora com a filosofia, ora com a ecologia política.

Talvez justamente por preservar a distância dos saberes acumulados das ciências sociais, o esforço da abordagem do Antropoceno mantenha abertos flancos que já poderiam ter sido bem superados. Um deles é o modo abstrato como faz uso do “antropo”, que traz consigo a ideia genérica de população, tão usada pela economia política clássica e tão bem criticada por Karl Marx, em seus esboços da crítica da economia política, de 1858. *A população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem*, nos informava textualmente Marx (2011, p. 54). No lugar do vago *população*, temos o finco histórico das formações sociais (ou formações econômicas), das classes sociais e outras formações com marcadores historicamente construídos (tais como raça, gênero, etnia, sexualidade).

Um esforço de trazer história e particularizar esta noção é feito mediante sua aproximação com categorias de diferentes alcances de explicação do social. Capitaloceno e Plantationceno têm sido caminhos para esta particularização (Jason W. Moore, 2016; Malcon Ferdinand, 2019). Mas convêm ainda aqui a percepção de que, desde a sociologia, pelo menos, temos outros instrumentos analíticos que nos permitem abordagens mais acuradas destas particularidades.

Sem dúvidas, podemos utilizar a noção de Plantationceno, por exemplo, para dialogar com outras disciplinas, pois situa histórica e espacialmente alguns dos nossos

objetos. Mas faz-se necessário insistir que há um rico repertório analítico disponível para mobilização no enfrentamento dos desafios de compreensão da temática socioambiental. Porém, como sua mobilização requer formação e treinamento disciplinar, seu emprego é por vezes marginalizado, símile de algo demasiado específico ou menor.

Entretanto, se a mesma associação fosse feita ante as particularidades de disciplinas como química, hidrobiologia, climatologia ou ecologia, onde estaria a manta do debate interdisciplinar?

As ciências sociais e os estudos ambientais

Sabemos que é complexo o repertório necessário para a compreensão das relações entre o atual momento financeiro e tecnológico da acumulação em grande escala e seus alcances no espaço (territórios) e no tempo. Embora não dedicado à temática ambiental, Maurice Godelier (1984) já trazia pistas sobre a necessidade de relacionar as condições ecológicas e geográficas específicas com os arranjos dos meios de produção em regimes de acumulação. Uma das interpretações dedicadas a este contexto, e que seguramente tem muito a contribuir com os diagnósticos socioambientais produzidos amiúde por organismos multilaterais, é a análise empreendida por James O'Connor sobre a segunda contradição do capital.

Para enfrentar a indagação sobre a possibilidade de um capitalismo verde ou sustentável, O'Connor (1994), desde a década de 1980, argumentava que a degradação ambiental advinha do processo cada vez mais intenso de mercantilização da natureza, também entendido por alguns autores como *ecologização do capital*. Em diálogo com a obra de Karl Polanyi (2000), O'Connor destrinchava a necessidade do capital na exploração do trabalho – justamente o trabalho que lhe assegura o sobre-valor. Porém, além desta primeira e bem conhecida contradição do capital, o autor avançava sua análise sobre a segunda contradição, que se revela nas ações de ampliação dos lucros mediante a externalização dos custos de produção, tendo como “efeito colateral” a redução da produtividade das condições de produção e, conseqüentemente, o aumento dos custos ao longo do tempo.

A segunda contradição do capital refere-se ao relacionamento da produção capitalista com as condições que lhe são externas, ou seja, aquelas que estão fora do mercado e representam os custos sociais e ambientais do processo produtivo. Ao externalizarem seus custos, alguns capitais se colocam em situação vantajosa em relação a outros, o que, em um primeiro momento, garante altas taxas de lucro. Entretanto, com o tempo, e devido ao caráter concorrencial que é próprio do capitalismo, outros produtores se encarregariam de expandir sua produção sobre porções cada vez maiores de recursos naturais, gerando, também, ampla degradação.

Dessa forma, esta degradação ambiental se configura como uma contradição para O'Connor (1991), pois ela é resultado do processo imanentemente expansivo das práticas capitalistas; o que gera barreiras naturais ao próprio processo de expansão,

acumulação e valorização do capital. Assim, a crise ambiental ou ecológica, afirmava O'Connor (1994), não seria um evento novo ou passível de controle dentro do capitalismo, como já se pôde por vezes parecer fazer crer alguns campos de conhecimento que guardam relação com as técnicas e a política do clima.

Isso quer dizer que a crise refere-se à criação de obstáculos do processo de acumulação provocada pela própria dinâmica do sistema capitalista, ao utilizar, de forma desmedida, expansiva e ilimitada, o trabalho e os recursos naturais necessários à realização do valor-excedente e de sua acumulação³. Sem embargo, a produção de saberes joga papel relevante na crise ambiental. Isso porque suas hipóteses de descrição da crise podem se deslocar para o universo das prescrições políticas.

Como vemos, e conforme argumento já desenvolvido em outras ocasiões (Rodrigo Constante Martins, 2024; 2015a; 2013), a construção da moderna temática ambiental é atravessada por uma classificação disciplinar cujo eixo de legitimidade varia em função da aproximação com os modelos de mensuração de estoques e de resiliência, bem como com os instrumentos econômicos de gestão das formas de uso acesso aos recursos naturais.

Não por acaso, os termos comumente empregados em documentos oficiais e por movimentos sociais para a descrição da questão ambiental relacionam-se com as modernas trocas econômicas. "Alocação/uso racional dos recursos", "ativos e passivos ambientais", "patrimônio ambiental", "produtividade ambiental", "custos e tarifas ambientais", "bens e serviços ambientais", "PIB verde", "valoração ambiental e inventário ambiental", dentre outras, são expressões do léxico econômico que adquiriram legitimidade no contexto dos debates sobre sustentabilidade. No plano científico, o uso dessa terminologia ocorre em novas estratégias epistemológicas, que alimentam tanto a ecologia política quanto o campo envolvido com os temas de política ambiental, mesmo com o questionamento de certos princípios e estratégias de apropriação diferenciada da natureza.

A partir disso, o que entendemos é que a base epistêmica que logrou êxito na proliferação de instrumentos econômicos de gestão e política ambiental é a microeconomia neoclássica. O constructo desta economia ambiental parte da hipótese de que a moderna crise resulta do caráter não rival do uso dos recursos naturais, isto é, o uso de um recurso natural ou serviço ecossistêmico para um agente não implica no seu não uso por outrem. Isso acontece em razão da ausência dos direitos de propriedade sobre estes recursos e serviços. Contudo, se submetidos aos mecanismos de mercado (ainda que mecanismos artificiais, forjados em acordos multilaterais), estes recursos e sistemas se submetem à estrutura "natural" de alocação eficiente de recursos própria dos mercados. Dessa forma, transformados em ativos ambientais,

³ Sabidamente, esta abordagem da segunda contradição do capital encontrou polêmicas no escopo do próprio marxismo, sobretudo nas correntes então enlaçadas pelo alcance das ações dos movimentos trabalhistas e sindicais. A propósito do significado histórico desta abordagem de O'Connor, ver Julien-François Gerber (2025).

estes bens e serviços teriam seu respectivo nível de escassez relativa refletida de forma eficaz no sistema de preços e na disposição a pagar dos agentes usuários⁴.

Em consonância com a onda neoliberal da década de 1990, muitas estruturas nacionais, multilaterais e mesmo movimentos sociais se voltaram para a proposição e adoção dos instrumentos econômicos de gestão do meio natural (Martins, 2015a). Dentre os mais recorrentes, destacaram-se os impostos sobre danos ambientais, a valoração monetária dos recursos, os leilões de cotas negociáveis de poluição e os mercados de créditos de serviços ambientais (caso dos mercados de carbono, por exemplo).

Desde meados do século XX, as ciências sociais contam com um acumulado de conhecimentos e interpretações sobre os alcances e peculiaridades das práticas de mercado como reguladoras de expectativas e comportamentos sociais. Assim, desde as implicações do *Ensaio sobre a dívida* de Marcel Mauss (2003), com as mediações feitas pela antropologia do dom de Alain Caillé (2002); ou na identificação da utilidade como ordem cultural, tal como o fez Marshal Sahlins (2003); ou na profunda análise de Godelier (1965) sobre racionalidade e irracionalidade nas “leis” de mercado; ou ainda na abstração do *homo oeconomicus* identificadas por Pierre Bourdieu (1977), em suas etnografias na Argélia, as fragilidades dos modelos abstratos de mercado são bem conhecidas das ciências sociais. E mesmo o deslocamento das pautas da redistribuição material para o reconhecimento cultural, nos termos empreendidos por Nancy Fraser (2001), poderia servir à compreensão das contradições das novas pautas do ambientalismo, que aliam consumo consciente à sentidos de existência.

Na ocasião da proliferação destas concepções de condutas e de estruturas de mercados ambientais (com altas expectativas envolvendo governos nacionais, séquitos científicos e ONGs ambientalistas), este acumulado de conhecimento poderia ter sido assimilado nos debates interdisciplinares como contraponto ao receituário neoliberal de políticas ambientais. Isso posto, as expectativas sobre mecanismos de desenvolvimento limpo ou sobre as políticas com mercados de créditos de carbono, por exemplo, poderiam ter sido contidas e mais bem dimensionadas, evitando os desperdícios de tempo e de recursos financeiros aplicados em sistemas regionais e mesmo globais de confecção de “negócios” ambientais.

Ciências sociais, corpo e meio ambiente: a experiência da pandemia

Pode-se dizer que, desde as ciências sociais, aparatos analíticos importantes se acumularam nas últimas décadas para a problematização da questão ambiental. Um destes aparatos, e que certamente nos permite avançar sobre as incertezas do

⁴ A economia ambiental neoclássica é constituída por um leque de autores que produziram estudos sistemáticos sobre métodos de valoração ambiental e instrumentos de mercado para a alocação eficiente de recursos ambientais escassos. Para uma introdução conceitual a estes estudos, ver Kerry Turner, David Pearce e Ian Bateman (1993).

presente, se ampara na noção de risco, tomando como principal referência a obra de Ulrich Beck (2010).

Na contemporaneidade, incertezas manufaturadas potencializaram as possibilidades de ruptura do tecido social. Desde o final da década de 1970, as incertezas nucleares e as expectativas de desastres ecológicos vieram tanto marcar o caráter global dos riscos, quanto alteraram drasticamente as representações sociais e a consciência subjetiva de segurança dos problemas e perigos gerados⁵.

Assim, as assertivas mais correntes em torno da noção de risco pareciam, em um primeiro momento, caminhos bastante azeitados para, desde as ameaças nucleares e ambientais, também compreender a pandemia do COVID-19. Afinal de contas, o vírus rapidamente ultrapassou fronteiras e hemisférios, alcançando números elevados de contaminados e provocando óbitos em diferentes classes e estratos sociais. Com isso, a segurança das instituições modernas (Estado, industrialismo, mercado, ciência etc.), confrontada pelo SARS-CoV-2, fora profundamente impactada.

Entretanto, a noção de risco e seu corolário mais geral – a *modernização reflexiva* – terminou por deixar de lado a concretude das diferentes experiências que se multiplicam nos territórios atingidos. E, como bem pudemos acompanhar nas notícias diárias de diferentes regiões do globo, estas experiências vinham atravessadas por ordens simbólicas específicas, que revelavam gramáticas sobre o corpo e sobre suas ameaças que de modo algum se faziam universais, como desejava o dispositivo técnico-epidemiológico. Ademais, assim como a moderna ordem industrial se caracteriza pela produção e distribuição desigual de bens, a distribuição dos riscos também segue marcada pelas diferenças políticas, econômicas e socioambientais.

Um exemplo sintomático a este respeito foi a decisão sobre quais corpos deveriam se expor a situações de maior vulnerabilidade. Nos EUA, os trabalhadores rurais foram alçados à categoria de “essenciais” pelo governo, de modo a poderem trabalhar durante a crise sanitária para a garantia da segurança alimentar dos norte-americanos⁶. Nota-se, portanto, que as colheitas na agricultura norte-americana empregavam anualmente cerca de dois milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Deste total, o próprio governo estimava que mais da metade (isto é, mais de um milhão de trabalhadores) era formada por imigrantes ilegais. No estado da Califórnia, por exemplo, entre os trabalhadores temporários, o percentual de imigrantes ilegais passaria dos 70%. Seriam, então, em sua grande maioria, trabalhadores mexicanos.

Este contexto, que também se reproduziu no Brasil em um cenário de governo então alinhado com a política estadunidense, revelou com singular precisão o que o Achille Mbembe (2019) recém havia conceituado como *economia do brutalismo*. Como forma de termopolítica, o brutalismo submete os corpos degradados, a energia e a

⁵ A propósito da assimilação da obra de Beck pelos estudos socioambientais brasileiros, ver Martins (2015b).

⁶ Fonte: Folha de São Paulo, Economia, 02/04/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/trabalhadores-rurais-a-maioria-no-pais-ilegalmente-tornam-se-essenciais-durante-a-pandemia.shtml>. Acesso em: 01/05/2025

vida de certas espécies ao trabalho do fogo, à combustão lenta. Com isso, a segregação de espaços ajudaria a excluir corpos racializados, através da vigilância e exclusão de populações indesejáveis. O capitalismo alcança, assim, um domínio absoluto, pois tudo está contabilizado. Neste caso, não só via valoração da natureza, mas também o corpo ganha nova contabilidade, para além de sua condição de força de trabalho e diante da ameaça letal do vírus.

Mesmo extraíndo o conceito de brutalismo da arquitetura, Mbembe lhe atribui a um sentido eminentemente político. Isso porque toda política, para o autor, é um esforço de dar forma, um exercício de modelagem, seja sobre os materiais, seja sobre as demais dimensões da vida – incluindo aqui o que a tradição sociológica designa por simbólico. Seja com a matéria (ou relações) inertes, seja com a matéria (ou relações) em movimento, a política se faz através da força e das iniciativas de atribuir formas (e formalização) a estas realidades.

Na pandemia, momento que aqui destacamos, esta seleção dos corpos e dos territórios a serem lançados em situações de risco confirmou que, também em cenários de crise, as instituições reflexivas — neste caso, Estado e mercado — operam fronteiras contingentes, com critérios móveis de inclusão/exclusão e utilidade. A mobilidade destes critérios terminaria por permitir que a distribuição dos riscos repercutisse desigualdades sociais, econômicas e territoriais próprias do capitalismo industrial-informacional.

Uma alternativa importante para a compreensão não apenas destas situações de riscos, mas do próprio alargamento questão ambiental, se organiza em torno das noções de justiça e desigualdades ambientais. Estas noções se revelam particularmente sensíveis na identificação do alcance da pandemia da COVID-19 e, principalmente, na identificação dos grupos sociais mais vulneráveis.

Como se sabe, no cenário das desigualdades ambientais, é conhecida a forte correlação entre indicadores de pobreza e a ocorrência de doenças associadas à poluição por ausência de água e esgotamento sanitário ou por lançamento de rejeitos de origem industrial. Esta desigualdade resulta, em grande parte, da vigência de mecanismos de privatização do uso dos recursos ambientais coletivos e da proteção seletiva do universo da política institucional.

No Brasil, por exemplo, os conhecidos níveis de desigualdades socioambientais foram centrais na interpretação dos números conhecidos da pandemia. Sabidamente, os bairros mais podres dos grandes centros urbanos brasileiros enfrentam condições de vulnerabilidade que passam pelos espaços habitacionais confinados, sem infraestrutura completa, nos quais frequentemente as condições sanitárias básicas se constituem em item raro. Assim, o acesso permanente à água potável, condição fundamental para as práticas de higiene corporal e limpezas necessárias no combate à disseminação do SARS-CoV-2, também se fazia (e ainda se faz) ausente.

Em setembro de 2019 (portanto, no pré-pandemia) a Comissão de Serviços e Infraestrutura do Senado Federal realizou uma audiência pública sobre a universalização do saneamento básico no Brasil. Na ocasião, dados do Sistema

Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) davam conta de que 48% da população brasileira não possuía coleta de esgoto, 46% dos esgotos eram tratados e pelo menos 35 milhões de pessoas no país não tinham acesso à água tratada⁷. Neste cenário, era previsível a tragédia que se instalou, durante a pandemia, nas periferias das regiões metropolitanas de Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

Com isso, os impactos da COVID-19 no país revelaram, além de sua extensão de classe, também um forte viés regional e étnico-racial. Nas regiões do país com menores índices de desenvolvimento humano, as precárias condições sanitárias e as fragilidades do sistema de saúde se somavam às dificuldades de realização de longos isolamentos e interrupção das atividades geradoras de renda. Como resultado deste arranjo de fatores, tivemos regiões e populações sobre-afetadas pela pandemia – notadamente, bolsões racializados em periferias urbanas e comunidades indígenas. Nos estados amazônicos, por exemplo, as taxas de mortalidade por COVID-19, no ano de 2020, foram até 44% superiores às taxas registradas nos estados das regiões sul e sudeste do Brasil.

Estes dados espantam. Mas, abstraídos de seus contextos, parecem referir-se somente à infraestrutura ou à política pública em sentido lato. Entretanto, sob o olhar das ciências sociais, estes dados ganham sentido quando articulados com a experiência concreta dos grupos sociais atingidos pela violência das cifras. E, nesta experiência, o corpo não se faz apenas de matéria orgânica: é também tecido por relações de classe, etnia, raça, gênero, geração.

Estas relações – ou marcadores – dão forma à história social tornada corpo. Por isso, ameaçado ou contaminado, o corpo traz consigo a história das desigualdades ambientais resultantes destes marcadores — desigualdades ambientais cujos impactos mais perversos estão concentrados entre negros e negras pobres que vivem nas franjas dos direitos formais, longe da assistência regular à saúde e com acessos precários à água, saneamento e outras formas de segurança ambiental. Seja Antropoceno, Capitaloceno ou Plantationceno, estes conhecimentos sobre o corpo, que não são recentes, deveriam ser tomados como elementos para qualquer descrição científica ou prescrição política para as emergências climáticas.

Mas o corpo não é apenas posicionado socialmente. Ele também age, busca deslocamentos. Tal como nos ensinou Hannah Arendt (2005), o corpo não é apenas *labor*, mas também ação, política. É, portanto, enfrentamento. E, aqui, as ciências sociais também podem ajudar na tematização do contemporâneo.

O corpo traz a subjetividade que pode levantar-se contra os constrangimentos desta história incorporada. Este levante tomou forma, por exemplo, nas estratégias locais de enfrentamento da crise sanitária empreendidas pelas diferentes comunidades que conviviam cotidianamente com os produtos da desigualdade ambiental, como,

⁷ Fonte: Agência Senado, Da Redação, 25/09/2019. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/25/brasil-tem-48-da-populacao-sem-coleta-de-esgoto-diz-instituto-trata-brasil>. Acesso em: 01/05/2025

por exemplo, casos emblemáticos das estratégias de prevenção e cuidado adotadas pela comunidade Paraisópolis⁸, na cidade de São Paulo, ou mesmo em comunidades de Reservas Extrativistas, na Amazônia (Jessica Pires Cardoso; Rodrigo Constante Martins; Luke Parry, 2024).

Desta feita, o corpo, quando compreendido como um campo de atuação e de resistência às tecnologias de poder, também serve como universo de compreensão para as relações intersubjetivas que produzem agenciamentos, seja ante a ameaça pandêmica, seja diante das emergências ambientais. Tanto os agenciamentos individuais quanto as tecnologias de poder são limitadas no tempo e no espaço, assim como cada período histórico estabelece as condições de possibilidade do saber, quer sobre a sociedade, quer sobre a natureza. E as condições do saber sempre podem se desfazer. Nos termos da aposta de Michel Foucault (2016, p. 536), a segurança dos critérios de verdade pode desvanecer, *tal como na orla do mar, pode sumir um rosto na areia*. E esta força das condições históricas sobre o que é pensado é, seguramente, mais uma das contribuições disruptivas produzidas pelas ciências humanas e que já deveriam ter sido assimiladas pelos estudos ambientais contemporâneos.

À guisa de conclusão

Alguns dos conhecimentos aqui relacionados não são mobilizados no debate interdisciplinar porque se contraditam com interesses sólidos. Interesses que chegam mesmo a financiar os rumos do debate socioambiental, mediante o suporte a estudos, publicações e conferências.

Contudo, os conhecimentos aqui relacionados existem, e as estratégias de isolamento a eles aplicadas dizem muito sobre o estigma do não engajamento das ciências sociais neste debate. Além disso, o modo como alguns caminhos de engajamento, incluindo formas conceituais, são previamente delineados para nossa participação no debate global, diz mais ainda sobre as lutas sociais do tempo presente.

Mas os caminhos não acabam... nos ensinou o jagunço Riobaldo, desde o Grande Sertão de João Guimarães Rosa (1983, p.54). É certo que os rumos tomados pelas emergências ambientais contemporâneas apontam para a urgência de inovações políticas — inovações políticas que garantam as possibilidades de transformações nas formas de acesso e intensidades de usos dos recursos ecossistêmicos. Assim, vemos que a intensidade da emergência climática pós-pandemia, nas várias partes do mundo, acirra as disputas em torno de projetos de poder, projetos de produção de saber e, em última instância, projetos de sociedade.

Dito isso, temos que o discurso em torno da garantia do crescimento econômico, que versa sobre a simples manutenção da experiência de combustão do mundo, poderá levar as sociedades contemporâneas a uma nova encruzilhada em futuro bem

⁸ Fonte: Folha de São Paulo, Equilíbrio e Saúde, 05/05/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/05/contra-coronavirus-240-socorristas-comecam-a-atuar-em-paraisopolis-nesta-quarta.shtml>. Acesso em: 01/05/2015

próximo. Esta encruzilhada pode ser produto das elevadas temperaturas globais, das alterações nos níveis dos oceanos, da toxidade das águas, do ar e dos corpos, ou mesmo de uma nova ameaça viral global. Pode ainda resultar dos efeitos da profunda fissura social e econômica entre o norte e o sul globais – hipótese já lançada e relançada pelo pensamento crítico pós-colonial.

De qualquer sorte, deslustrar as contribuições prévias das ciências sociais que poderiam, desde cedo, serem incorporadas aos estudos ambientais, seguramente, não foi – e segue não sendo – um bom caminho. Assim como o desprezo pelas críticas densas ao regime de acumulação intensivo na exploração do trabalho e dos recursos ecossistêmicos, nos segue sendo muito caro. No caso, caro não apenas em valores monetários, mas sobretudo em perdas de espécies, de vidas e dos modos sociais diversos de se experimentar a variedade ambiental e cultural que ainda nos cerca.

Referências

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Algérie 60**: structures économiques et structures temporelles. Paris: Les Éditions de minuit, 1977.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom**: o terceiro paradigma. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 2002.

CARDOSO, Jessica Pires; MARTINS, Rodrigo Constante; PARRY, Luke. Cidadania dos povos da floresta e COVID-19. **Raízes**. Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 43, p. 206-226, 2024.

CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene. The “antropocene”. **Global Change Newsletter**, n,41, p.17-18, 2000.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.

FERDINAND, Malcon. **Une écologie décoloniale**: penser l'écologie depuis le monde caribéen. Paris: Éditions du Seuil, 2019.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 10^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2026.

FRASER, Nancy. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a 'postsocialist' age. In: S. Seidman; J. Alexander. (orgs.). **The new social theory reader**. Londres: Routledge, pp. 285-293, 2001.

GERBER, Julien-François. The second contradiction of capitalism. **Journal of Peasant Studies**. <https://doi.org/10.1080/03066150.2025.2451285>, 2025.

GIDDENS, Anthony. **The politics of climate change**. Cambridge: Polity Press, 2009.

GODELIER, Maurice. **L'idéal et le matériel**. Pensée, economies, sociétés. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1984.

GODELIER, Maurice. **Racionalidade e irracionalidade na economia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

MBEMBE, Achille. **Brutalisme**. Paris: La Découverte, 2020.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858; esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARTINS, Rodrigo Constante. Neoliberalismo e cobrança pelo uso da água no rural francês. *Sociologias*, v. 26, p. e-soc128873, 2024.

MARTINS, Rodrigo Constante. A classificação disciplinar no mercado dos enunciados ambientais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, p. 97-113, 2015a.

MARTINS, Rodrigo Constante. The influence of Ulrich Beck's work on social-environmental studies in Brazil. *Theory, Culture & Society*, v. 32, p. 342-345, 2015b.

MARTINS, Rodrigo Constante. La scientification de la politique dans la gestion de l'eau au Brésil. *Autrepart. Revue de Sciences Sociales au Sud*, v. 65, p. 85-105, 2013.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, p.185-314, 2003.

MOORE, Jason W. **Anthropocene or Capitalocene?** Nature, history, and the crisis of capitalism. Oakland: PM Press, 2016.

O'CONNOR, James. **Is capitalism sustainable?** Political economy and the politics of ecology. New York: The Guilford Press, 1994.

O'CONNOR, James. On the two contradictions of capitalism. **Capitalism, Nature, Socialism**, n.2(3), p.107–109, 1991.

PARETO, Vilfredo. Tratado de Sociologia Geral. In: Vilfredo Pareto: sociologia. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1984.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

ROSA, João Guimaraes. **Grande sertão**: veredas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SALMI, Frederico; FLEURY, Lorena Cândido. Mudanças climáticas e Ciências Sociais: análise bibliométrica do campo (2011-2021). **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n.97, p.1-19, 2022.

TURNER, Kerry, PEARCE, David.; BATEMAN, Ian. **Environmental economics**: an elementary introduction. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1993.

Recebido em 08/05/2025

Aceito em 21/07/2025